

RESENHA

GOLDESTEIN, Ariel. *Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil*. Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.

A grande imprensa atualizou em Lula o discurso contra Vargas

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*



Desde que as massas proletárias emergiram como importantes atores políticos, a grande imprensa brasileira atua em unidade na desestabilização dos governos de orientação trabalhista e nacional-desenvolvimentista. Os principais jornais diários, legítimos representantes das oligarquias dominantes, atuam para criar ou ampliar as crises políticas quando os governantes flertam com políticas de reformas sociais.

O livro *Prensa Tradicional y liderazgos populares en Brasil*, do professor Ariel Goldstein da Universidade de Buenos Aires, publicado em 2017 pela Editorial A Contracorriente, em língua espanhola, é mais um dos ótimos trabalhos sobre a atuação política da imprensa brasileira. O livro faz análise comparativa das construções ideológicas da grande imprensa a respeito dos presidentes Getúlio Vargas (1950-1954) e Lula da Silva (2003-2006), seus partidos políticos, relações com os movimentos sociais, sindicatos, classes populares e dominantes.

A partir dos editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) e *O Globo* (*OG*), o autor combina criatividade e método acadêmico para discutir a seguinte hipótese: os jornais

adotaram postura de oposição aos governos porque eles se aproximaram dos setores populares e flertaram com a ameaça à ordem hierárquica no Brasil. Enquanto o *Estadão* fez discursos de maior proeminência ideológica liberal-conservadora, *O Globo*, de forma sensacionalista, explorou comercialmente os escândalos.

Para a abordagem comparativa de dois períodos históricos e interdisciplinar entre a sociologia da comunicação e a ciência política, o autor parte da reflexão de William Gamson e André Modigliani, a fim de centrar sua análise no poder que a imprensa tem de construir uma agenda pública de debates. Os jornais podem não ter muito êxito em dizer às pessoas como pensar, mas são exitosos em dizer sobre o que elas devem pensar. Ao selecionar e tornar relevantes determinados aspectos da realidade, induzem o leitor a, por exemplo, pensar sobre a corrupção governista e não nas desigualdades sociais que o governo pretende combater.

Nesse sentido, a imprensa é vista como divulgadora de pacotes interpretativos: promove uma definição sobre o problema, uma interpretação e estabelece relações causais. Tais

pacotes derivam da dimensão ideológica da imprensa e, segundo o autor, têm por objetivo naturalizar as históricas relações de dominação política, econômica e social pelas classes dominantes no Brasil. Os diários são consumidos pelas classes médias e altas, porém a imprensa promove seus produtos simbólicos a múltiplos destinatários: um “prodestinatário” (positivo), um “contradestinatário” (negativo) e um “paradestinatário” (os indecisos).

Em geral, os meios de comunicação veem o povo como “massa inculta” a ser moldada pela imprensa que se percebe como representante e intérprete dos valores cívicos e republicanos. Ao longo do tempo, a mídia manteve o padrão oligopolizado e de propriedade cruzada controlada por poucas famílias e com densas relações com as elites regionais. Por exemplo, o *Estadão* é caracterizado pelo baixo pluralismo interno e pela cosmovisão conservadora da ordem social. É o jornal do “anti”: intervenção do Estado, ampliação dos direitos trabalhistas, políticos populares e comunismo.

Ariel Goldstein mostra detalhadamente que os pacotes interpretativos utilizados pelos jornais para desqualificar Vargas, bem como suas políticas públicas e apoiadores, foram atualizados para atingir o presidente Lula. As elites creem ter o monopólio da virtude e reconhecem-se como a classe que deve governar. Quando o eleitor não vota no candidato esperado pelas elites – os da UDN ou os do PSDB – os jornais, em especial *OESP*, demonstram desprezo e preconceito às classes populares que seriam irracionais, iludidas ou cúmplices. Se o povo que não lê os jornais elegeu quem não deveria, cabe às elites “corrigir o erro”.

As dicotomias “civilização x barbárie” e “honestos x corruptos” foram usadas repetidamente em ambos os casos. Na visão ideológica dos jornais, Vargas e Lula representariam uma ameaça à democracia e à “ordem”. Os periódicos abusam da retórica de que eles não passam de políticos populistas, que manipulam as massas como o único objetivo de se perpetuarem no poder: Vargas é associado ao peronismo e Lula ao chavismo. Dois estereótipos que inclusive demonstram o desprezo aos países vizinhos.

A naturalização da desigualdade social é outro pacote discursivo usado pelos jornais. O livro mostra a visão elitista reproduzida pelos jornais: as mudanças sociais devem acontecer de forma lenta, gradual e dirigida por políticos de confiança das elites. Quando Vargas e Lula tentaram, ainda que de forma tímida, promover políticas sociais e mobilizações populares, receberam severa oposição midiática e adjetivações negativas: demagogos que estimulam a subversiva luta de classes que é inexistente no Brasil.

Ambos os jornais também usam seus editoriais para exagerar o tamanho da “ameaça comunista à ordem”. Principalmente no *OESP*, o tom alarmista para as políticas sociais e econômicas de Vargas e Lula é sobrestimado com o objetivo de amedrontar as classes médias e altas, além de justificar qualquer reação golpista ou mesmo uma intervenção das Forças Armadas. O autor argumenta que em sociedades elitistas e, no caso de Brasil, de herança escravocrata, os triunfos eleitorais de partidos identificados à esquerda atualizam os medos de revoltas populares. No caso, os jornais rotulam os presidentes como

caudilhos populistas, demagogos que manipulam os eleitores.

O clima de cruzada moral é outro pacote interpretativo usado pelos periódicos. A política é simplificada na dicotomia “honestos x corruptos” com explicações personalistas, o que permite reforçar a tese elitista de serem políticos populistas que manipulam as massas. Na interessante tese do autor, o constante enquadro na corrupção – que os jornais insinuam não existir antes e depois destes governos – é parte da estratégia de disputar a direção da agenda pública de modo conveniente para as elites, contra líderes extremamente populares. Ao atacar o capital simbólico de Vargas e Lula, a imprensa cerca os governantes, recupera a direção da agenda, ganha audiência e, principalmente, exclui/esconde a agenda governista de combate às desigualdades sociais. O temor e desprezo das classes dominantes em relação às necessidades das populações mais carentes geram a receptividade ao discurso moralista.

Como o livro faz uma análise comparada de períodos históricos separados por meio século, também há sutis diferenças no discurso midiático contra Vargas e contra Lula. Nos anos 1950, os pedidos de intervenção militar eram muito mais constantes e, no caso do *Estadão*, havia, contra Vargas, as

lembranças paulistas de 1932, da Ditadura do Estado Novo e principalmente a expropriação do jornal. Se com Vargas houve oposição dos jornais desde o início, com Lula houve alguns poucos meses de relativa trégua, em especial pela proposta de Reforma da Previdência em 2003.

O interessante do livro é pensar a atuação da grande imprensa para além do recorte temporal analisado. Os pacotes interpretativos usados para desestabilizar e deslegitimar o governo de Getúlio Vargas como ameaça populista/comunista para implantar uma “república sindicalista” ditatorial foi reutilizada pela mesma imprensa e com os mesmos objetivos no governo de João Goulart e suas propostas de reformas de base que alarmaram as classes dominantes e culminaram no golpe de 1964. A cruzada moral da imprensa “contra a corrupção” no governo Lula da Silva foi reutilizada na desestabilização do combalido governo Dilma Rousseff com objetivo de alarmar as classes médias ante o reformismo fraco dos governos petistas e legitimar o golpe parlamentar travestido de *impeachment*. A leitura do livro trará importantes contribuições aos pesquisadores das relações entre imprensa, política e ideologia no Brasil republicano.



* **CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME** é Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA; doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá - UEM